

CCJ do Senado aprova projeto que recria DPVAT

Texto entrou na agenda de Plenário e foi adiado durante a sessão

Por Ana Paula Marques

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (7), o projeto que retoma a cobrança do seguro obrigatório de veículos terrestres, conhecido como DPVAT. Por tramitar em urgência, o texto entrou ainda no mesmo dia na agenda do Plenário da Casa, porém, foi retirado ainda durante a sessão.

Os parlamentares se concentram, durante a sessão Plenária, em aprovar o projeto que reconhece o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul até 31 de dezembro de 2024 em razão das fortes chuvas que atingem o estado desde a última semana. Logo após a aprovação, todos os itens da pauta foram adiados.

CCJ

O relatório do DPVAT recebeu 15 votos favoráveis e 11 contrários durante a sessão da CCJ, e agora deve entrar na agenda de Plenário desta quarta-feira (8) como primeiro item da pauta, justamente pelo caráter de sua tramitação. Nesta terça, a votação ocorreu após o presidente da Comissão, Davi Alcolumbre (União-AP), adiar duas vezes a análise do projeto, para que o governo tivesse tempo de costurar um acordo sobre a matéria.

O maior motivo da falta de acordo para a proposta era a mudança feita no arcabouço fiscal, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em agosto de 2023. Além disso, o governo busca mitigar o impacto fiscal trazido com a prorrogação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), aprovado pelo Senado em 30 de abril. O programa custará ao governo R\$ 15 bilhões pelos próximos 3 anos e será encerrado em 2026.

O projeto tem sido usado



Edilson Rodrigues/Agência Senado.

Projeto deve entrar como item principal do Plenário dessa quarta.

como moeda de negociação entre Executivo e Legislativo para compensar o veto presidencial que retirou R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares do orçamento deste ano. A negociação prevê que R\$ 3,6 bilhões da arrecadação do seguro obrigatório sejam usados para o pagamento de emendas para deputados (R\$2,4 bi) e senadores (1,2 bi). O projeto recebeu uma emenda na Câmara que permite aumentar as despesas da União em R\$ 15,7 bilhões em 2024.

Com isso, o governo poderá liberar ainda mais emendas parlamentares e assim garantir menos danos na hora da votação dos vetos — marcada para essa quinta-feira (9) — e no avanço de outras pautas importantes no Congresso.

Acordos

Os acordos foram firmados e durante a própria sessão na CCJ, quando o relator do texto e líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que o presidente Lula se comprometeu a vetar o Art. 25 do texto. O trecho determina que o condutor que deixar de pagar o seguro sofrerá infração grave e deverá ser penalizado com multa.

Entretanto, a oposição criticou outro ponto do projeto, afirmando que um trecho do projeto abre espaço orçamentário é um jabuti, um trecho da lei que não diz respeito à proposta original. “Quer fazer mais um remendo no arcabouço fiscal? Façam este remendo por projeto de lei, pela tramitação legislativa normal”, disse Carlos Portinho (PL-RJ), líder da Oposição no Senado, que orientou que seu partido votasse contra.

Vetos

Segundo a advogada especialista em poder Legislativo, Gabriela Santana, apesar da união dos esforços para apoiar a tragédia no Rio Grande do Sul, o clima, fora isso, continua ruim entre Legislativo e Executivo. “O adiamento da sessão do Congresso é justamente porque o governo sabe que o veto aos 5,6 bi cairá, caso não seja aprovado o projeto do Dpvat. Sem esse texto, não tem emenda para ser liberada nesse primeiro semestre. E é isso que está sendo o principal ponto de divergência entre parlamentares e Executivo”, explica.

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pa-

checho (PSD-MG), já adiou por duas vezes a sessão conjunta da Câmara e do Senado de análise dos vetos presidenciais, justamente a pedido da base governista que vinha se mobilizando para evitar, ou ao menos amenizar, o impacto orçamentário de eventuais derrubadas de vetos. Agora, a articulação depende somente da aprovação do Dpvat para garantir menos perdas.

SPVAT

Extinto durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), quando a Caixa Econômica Federal assumiu a gestão dos recursos e pagamentos do Dpvat no lugar da Seguradora Líder, que era um consórcio de empresas privadas. Na ocasião, havia um excedente em torno de R\$ 4,3 bilhões, que permitiu a manutenção dos pagamentos do seguro às vítimas de acidentes de trânsito.

Agora, se aprovado passará a ser chamado de Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT). O valor do tributo e as condições para cada tipo de veículo serão definidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e deverá ter o custo para o motorista de R\$ 50 a R\$ 60.

PF faz buscas em endereços de pessoas ligadas a Bivar

Por Ana Paula Marques

Duas pessoas ligadas ao deputado federal Luciano Bivar (União-PE) foram, na manhã desta terça-feira (7), alvo da Operação Stasis, da Polícia Federal (PF), que apura supostas ameaças feitas por Bivar — ex presidente do partido — ao atual presidente do União Brasil, Antonio Rueda.

Foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no interior de Pernambuco. As investigações tiveram início na Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), a partir de boletim de ocorrência feito por Rueda contra Bivar. Segundo o atual presidente do partido, o deputado teria feito ameaças contra ele e sua família, em fevereiro deste ano.

O caso é relatado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Kassio Nunes Marques, já que por ser um deputado Luciano Bivar tem foro especial. Entretanto, desde seu início, Bivar nega ter feito qualquer ameaça e diz que as acusações de Rueda são “uma ficção hollywoodiana”. Apesar dos investigados serem próximos ao parlamentar, ele não foi alvo da operação desta terça.



Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

Apesar dos investigados, Bivar foi alvo da operação.

Briga

O conflito entre os dois começou assim que Rueda foi eleito o novo presidente do União Brasil, em fevereiro. O então vice-presidente da legenda, só iria comandar a sigla a partir de junho. Sua vitória, foi contestada por Bivar, que a chamou de fajuta.

Logo depois o partido abriu um processo para afastar e expulsar o deputado da sigla, apesar do mandato dele à frente da legenda ter prazo até 31 de maio, mas diante das suspeitas de ameaça,

a Executiva do partido decidiu afastá-lo do comando do cargo mais cedo, com 11 votos a favor, 5 contra e uma abstenção.

Incêndio

Em paralelo ao processo de mudança no comando do partido, em março, as casas de praia do novo presidente do União Brasil, Antônio Rueda, e da irmã dele, Emília Rueda, que também é tesoureira do partido, foram atingidas por incêndios. Aliados e o próprio Rueda acusaram Bivar de ser o mandante do crime.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Maurício Tonetto/Secom



Governador gaúcho ligou para Arthur Lira

Leite quer garantia para gastos emergenciais

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), ligou ontem para o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para pedir apoio na aprovação de projetos relacionados ao atendimento a vítimas da enchente e à reconstrução do estado. Falou também na necessidade de criação de uma legislação especial que proteja administradores

públicos como governadores e prefeitos que, em caso de calamidades em suas regiões, recorrem a contratações em caráter excepcional.

Assim como ocorre em outras tragédias pelo país, o caso gaúcho envolve liberação de verbas federais e, portanto, controle por parte do Tribunal de Contas da União, que volta e meia complica a vida de gestores.

Bancada

O pedido ficou de ser formalizado em projeto a ser apresentado por integrantes da bancada gaúcha, que ainda ontem se reuniriam com Lira. O presidente da Câmara prometeu ajuda a Leite e disse que só se empenharia em aprovar propostas por ele apoiadas.

Paz na Câmara

Diferentemente da guerra em redes sociais, em que bolsonaristas atacam a atuação do governo federal na tragédia, a reunião de líderes na Câmara correu com tranquilidade. Houve concordância com a necessidade de se agilizar a ajuda às vítimas da enchente no sul.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Lula tenta acordo para diminuir valor de emendas

Congresso deverá derrubar vetos do presidente

Solidários na hora da enchente, deputados e senadores devem mostrar ao governo amanhã que, no chão acarpetado e seco do Congresso, não haverá moleza. Tudo indica que eles derrubarão o veto presidencial a artigo da lei que dificulta a chamada saidinha de presos. Ontem à tarde, parlamentares ligados ao governo

ainda tentavam um acordo para manter o veto de Lula à destinação de R\$ 5,6 bilhões do total previsto para emendas de comissões do Congresso. O Planalto acena com a entrega de R\$ 3,6 bilhões, que seriam devidamente pagos (essas emendas não são de execução obrigatória). Mas muita gente duvida da promessa.

Sabotagem

O ódio na internet chegou num ponto que dificulta a arrecadação de recursos para as vítimas da enchente organizada pelo youtuber Felipe Neto, odiado por bolsonaristas. A chave PIX foi denunciada como sendo irregular, o que complicava o processo de doação.

União

Na Comissão de Cultura da Câmara, Aliel Machado (PV-PR) deu bronca em Abílio Brunini (PL-MT), que usou a sessão para criticar a ajuda do governo ao RS. “As pessoas não estão preocupadas com a cor da bandeira política, o importante é a união de todos”, disparou.

Xandão nos EUA

Nossa polarização chegou ao Congresso americano em audiência convocada por republicanos para denunciar supostos ataques à liberdade por aqui. A deputada trumpista Maria Elvira Salazar exibiu uma foto do ministro Alexandre de Moraes, por ela acusado de ser censor.

Golpe

Já a deputada democrata Susan Wild disse o Brasil era uma democracia vibrante e que não cabia ao Congresso americano debater o tema. Perguntou por que não houve audiência semelhante quando, disse, Jair Bolsonaro articulou um golpe militar.